

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Há muito que o Governo refere publicamente a intensão de suscitar junto da Comissão Europeia o início de um processo de reprogramação do Portugal 2020, escamoteando, não raras vezes, os compromissos assumidos pelo Estado português, designadamente aquando da assinatura do Acordo de Parceria.

Vieram recentemente a público notícias que dão conta que o Governo pretende utilizar tal processo para, designadamente, afetar fundos do Portugal 2020 para financiar os projetos de expansão dos Metropolitano de Lisboa e do Porto, usando para o efeito o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência dos Recursos (PO SEUR).

Certamente o Governo não desconhece que a hipótese de financiamento de novas estações para o Metro de Lisboa e de novas linhas para o Metro do Porto através de fundos europeus estruturais e de investimento do Portugal 2020 pressupõe e exige a prévia alteração do Acordo de Parceria, do texto do PO SEUR e da programação financeira inerente.

Para que não fique o País com a impressão de que estamos perante mais um grande anúncio do Governo, torna-se imperioso que se esclareçam algumas questões, designadamente quando à veracidade das notícias em si, à intensão do Governo de proceder à reprogramação do Portugal 2020 – refira-se que à data ainda não foram iniciadas negociações com a Comissão Europeia para esse efeito – e às consequências da mesma para os Programas Operacionais, pois a verificar-se a afetação de 400 milhões de euros para o financiamento dos projetos de expansão dos Metropolitano de Lisboa e do Porto muitas outras obras ficarão por realizar, mormente no interior do País.

Caso esta pretensão do Governo português venha a obter a concordância da Comissão Europeia, significa que vão ser aplicados centenas de milhões de euros de fundos para Lisboa (que não é região de convergência), reduzindo as dotações previstas para as regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm renovar as seguintes perguntas ao **Ministro do Planeamento e das Infraestruturas**, através de V. Exa:

1 – Confirma as notícias vindas a público sobre a utilização dos fundos do Portugal 2020 para o financiamento dos projetos de expansão dos metropolitanos de Lisboa e do Porto?

2 – Em caso afirmativo, pretende o Governo aumentar os fundos para Lisboa reduzindo as dotações previstas para as regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo?

3 – Que programas e medidas serão afetadas no âmbito do PO SEUR ou no âmbito do Programa Compete (Fundo de Coesão) com esta reprogramação e que projetos, nomeadamente ferroviários, deixarão de ser realizados?

4 - A questão já foi suscitada junto dos serviços da Comissão Europeia? Em caso afirmativo, quando e qual a resposta obtida? Se não, quando pretende o Governo fazê-lo?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 19 de Julho de 2017

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)